

O movimento de mobilização dos trabalhadores do Murialdo

Introdução: O Centro de Saúde-Escola Murialdo (Murialdo), além do pioneirismo na implantação do Sistema de Saúde Comunitária, em meados da década de 70, tornou-se também referência na formação em serviço através da residência médica e multiprofissional. O Murialdo constituía-se por uma sede central e 7 unidades básicas de saúde (UBS) distribuídas no bairro Partenon. Em 1996, quando ocorreu a municipalização dos serviços de saúde de Porto Alegre, a instituição permaneceu vinculada ao governo estadual em virtude do ensino. Desde então, a incumbência pela assistência à saúde nesta região gerou inúmeros conflitos entre a gestão estadual e municipal, pois com a justificativa da atenção básica ser de responsabilidade do município, de acordo com a legislação estruturante do SUS, as gestões estaduais que se sucederam investiram precariamente nos serviços e, por sua vez, a gestão municipal não ampliou a rede de serviços local como estava pactuado com o controle social. Descontentes com a inadequação da área física e de recursos humanos para atender a demanda da população que cresceu consideravelmente na área adstrita às UBS, os trabalhadores organizaram um movimento de reivindicações durante o ano de 2008. Este movimento consistiu em várias articulações e reuniões com as instâncias gestoras e de controle social e incluiu duas greves, em julho e em outubro, que resultaram na municipalização da assistência nas UBS. Este trabalho tem como objetivo registrar e analisar esse movimento pela ótica dos trabalhadores e residentes atuantes no período de mobilização.

Percorso Metodológico: Nesse estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa, na modalidade de estudo de caso. Foram cenário de pesquisa, três das sete UBS (II, III e VI), que pertenciam ao Murialdo, quando ocorreu a municipalização da assistência. Os participantes do estudo foram atores envolvidos no processo de municipalização, entre eles funcionários da instituição de nível médio (1) e superior (3) e os residentes (4) alocados nessas UBS, totalizando oito sujeitos. O trabalho de campo foi realizado através de entrevistas semi-estruturadas. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo de Bardin e o projeto foi aprovado pelo comitê de ética da ESP/RS.

Discussão: A atuação dos trabalhadores e residentes no processo de municipalização foi caracterizada pelos entrevistados como um movimento de resistência, pois saíram de uma posição passiva de sofrer com as condições de trabalho para uma posição ativa de expor essas condições e mobilizar-se em busca de melhorias. Segundo eles, a greve foi declarada com pouco conhecimento sobre o assunto e sem a assessoria de alguma entidade, motivo pelo qual se configurou em uma “greve selvagem”. De acordo com os entrevistados, no início de 2008, dois movimentos de reivindicação paralelos vinham se configurando na busca por melhorias de condições de trabalho no interior da instituição. De um lado a articulação dos funcionários de nível médio com o sindicato, para rever a defasagem salarial, concomitante com isso, a mobilização dos trabalhadores da UBS II que buscavam as melhorias estruturais do prédio em que estavam alocados. Em relação às obras na UBS II, a ausência de previsão para a conclusão da reforma resultou na transferência, por período indeterminado, da equipe para a sede central, relativamente distante do território adstrito, dificultando o acesso dos usuários ao serviço de saúde e comprometendo o trabalho da equipe aos atendimentos

na comunidade. Esses dois movimentos foram identificados pelos entrevistados como os principais impulsionadores da mobilização. Apesar de reivindicações distintas a mobilização dos trabalhadores convergia ao menos em um aspecto: a necessidade de melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de ensino. No entanto, o grupo mobilizado divergia na forma de encaminhar a situação. Enquanto grande parte dos funcionários de nível superior, afetos ao trabalho voltado para o ensino, propunha uma gestão compartilhada da assistência com a responsabilização do município pelo excedente populacional, o nível médio pedia a municipalização, principalmente, do vínculo dos trabalhadores, tendo em vista, a incorporação da parcela SUS em seus salários que duplicaria o valor mensal recebido. A paralisação interrompeu as atividades de assistência nas UBS, o que fez com que os residentes, sem local para exercer a prática e em consonância com as reivindicações dos trabalhadores, se unissem ao grupo. Entendendo que o movimento consistia em possibilidade de caminhar para a consolidação do SUS, os residentes, inicialmente, compuseram o número mais expressivo de trabalhadores no interior da mobilização, o que trouxe à tona a discussão sobre a legitimidade dessa atuação, sob o olhar de “fixos versus transitórios”. Entretanto, essa participação ativa, segundo os entrevistados, fortaleceu a mobilização, em especial, no trabalho voltado para o controle social. A vivência desse movimento foi identificada de duas formas distintas pelos residentes, de um lado, como experiência significativa de luta pela consolidação do SUS, por outro, como algo negativo no processo de formação, sendo considerado um tempo de “não-execução” do programa de residência. Em janeiro de 2009, foi assinado o termo de municipalização das UBS, enquanto que o ensino da residência permaneceu vinculado ao Murialdo, ligado a Escola de Saúde Pública. Para os entrevistados, a conquista da municipalização se deu pela soma de dois elementos importantes: a mobilização dos trabalhadores e o fato de em 2008 ter sido ano de eleição municipal, o que deu ao movimento visibilidade na mídia e força política.

Considerações finais: A municipalização da assistência das UBS estava em processo de consolidação durante esse estudo que buscou registrar o momento de mobilização e as implicações percebidas pelos atores que o vivenciaram em 2008/9. Não temos a pretensão de esgotar as discussões sobre as implicações que esse período trouxe na vida de trabalhadores e na organização da atenção à saúde na região. Futuros estudos ampliando ao escopo de entrevistados, atores como gestores, conselheiros de saúde, usuários, entre outros seriam interessantes para acompanhar as mudanças posteriores tanto no ensino quanto na assistência. Analisar esse momento de resistência dos trabalhadores à precarização do trabalho e do ensino e importante para a consolidação do SUS constituiu-se em aprendizagem no âmbito da residência. Como dizia Foucault (2008, p. 241), “para resistir é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que como ele, venha “de baixo” e se distribua estrategicamente.” O movimento dos trabalhadores e residentes do Murialdo pode ser considerado como uma possibilidade de resistência às relações de poder que perduravam à época, mostrando como aponta o autor que “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (Ibid, p.241). Mas

também devemos admitir que as correlações de força que configuram as relações de poder são dinâmicas, produzindo sempre novos efeitos.

Palavras-chaves: MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE, GREVE, ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE